

Título do capítulo	CAPÍTULO 3 – MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO BRASIL
Autores(as)	Carlos Aurélio Pimenta de Faria André Emilio Sanches
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-032-5/capitulo3

Título do livro	POLÍTICAS PÚBLICAS E USOS DE EVIDÊNCIAS NO BRASIL: CONCEITOS, MÉTODOS, CONTEXTOS E PRÁTICAS
Organizadores(as)	Natália Massaco Koga Pedro Lucas de Moura Palotti Janine Mello Maurício Mota Saboya Pinheiro
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-032-5
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-032-5

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO BRASIL¹

Carlos Aurélio Pimenta de Faria²
André Emilio Sanches³

1 INTRODUÇÃO

À medida que a pandemia de covid-19 se alastrava pelo mundo, o desempenho dos governos negacionistas no combate ao novo coronavírus foi se revelando cada vez mais deficiente. Nesse contexto, em que se esperava que as soluções recomendadas pela comunidade científica, baseadas em evidências, se tornassem virtualmente consensuais, parece não ter havido, mundo afora, uma plena superação de posturas negacionistas, lastreadas em crenças diversas e na aposta política por uma crescente polarização. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), por seu turno, alertaram quanto aos efeitos perversos da chamada “infodemia”, ou seja, do “excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (Opas/OMS, 2020, p. 2). Ainda segundo a Opas/OMS:

A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (*idem, ibidem*).

Mas esse excesso não é problemático apenas em função dos boatos e notícias falsas (*fake news*), uma vez que apenas em seus primeiros meses, mais especificamente até meados de junho de 2020, a “covid-19 inspirou mais de 23 mil artigos científicos, e urgência traz problemas: periódicos tradicionais encurtam prazo de publicação e textos sem revisão por outros cientistas monopolizam repositórios digitais” (Santos, 2020, p. 1).

1. Os autores agradecem a Henrique Gomes e Silva o auxílio na tabulação de parte dos dados.

2. Professor dos departamentos de ciências sociais e de relações internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). *E-mail*: <carlosf@pucminas.br>.

3. Consultor independente e analista de informações. *E-mail*: <asanches@gmail.com>.

Entretanto, se ainda perdura alguma desconfiança em relação aos especialistas e à *expertise*, há décadas se reconhecem as inúmeras dificuldades que a ciência tem para pautar os processos de tomada de decisão no setor público e para informar a produção das políticas públicas. Já no final dos anos 1950, por exemplo, o sociólogo Robert Merton afirmava que “a lua de mel dos intelectuais com os produtores das políticas públicas (*policy-makers*) é frequentemente desagradável, selvagem e curta (*nasty, brutish and short*)” (Merton, 1957, p. 222 *apud* Monaghan, 2011, p. 38, tradução nossa). A questão relativa às dificuldades de fazer com que a avaliação das políticas públicas seja efetivamente utilizada para a melhoria da ação governamental ou na retroalimentação do chamado “ciclo das políticas públicas” também tem sido discutida e problematizada há décadas (Faria, 2005).

Não obstante, desde meados dos anos 1990, intensificou-se, por diversos motivos e particularmente no mundo anglo-saxão, a demanda pela adoção de políticas públicas baseadas em evidências, demanda essa que tem se alastrado globalmente desde então (Faria, 2021). De acordo com Parkhurst (2017, p. 4, tradução nossa), “essas demandas para que as políticas públicas sejam baseadas em evidências proliferaram tão amplamente nas últimas décadas que constituíram um movimento por si sós”.⁴

As chamadas *políticas públicas baseadas em evidências* (PPBEs) são um tipo de política “baseada na investigação, que aplica procedimentos rigorosos e sistemáticos para a coleta de dados e se preocupa com a transformação desses dados em conhecimento formal que seja efetivamente útil na tomada de decisões”⁵ (Bracho, 2010, p. 307, tradução nossa). É importante ressaltarmos que, reconhecendo as inúmeras dificuldades de naturezas diversas para que esse objetivo seja atingido, alguns autores mais realistas preferem utilizar o termo *políticas públicas informadas por evidências*.

No Brasil, o chamado Movimento das Políticas Públicas Baseadas em Evidências (MPPBE) ainda é bastante incipiente (Sandim e Machado, 2020). Este capítulo pretende apresentar um mapeamento e uma caracterização do MPPBE no país. Seu objetivo é rastrear a penetração do movimento tanto na administração pública brasileira, dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), como nas instituições produtoras de conhecimento, principalmente nas universidades, e nas organizações da sociedade civil e do mercado. Trata-se de levantamento abrangente, mas decerto não exaustivo.

4. Do original: “such calls for policies to be evidence-based have proliferated so widely in the past few decades as to become a movement unto itself”.

5. Do original: “basada en investigación, que aplica procedimientos rigurosos y sistemáticos para la recolección de datos y se preocupa por la transformación de éstos en conocimiento formal de carácter utilizable para la toma de decisiones”.

O capítulo está dividido em: introdução; breve metodologia e limitações da pesquisa; teses e dissertações, que lista, classifica e analisa as pesquisas finalizadas, desenvolvidas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* no país, disponibilizadas pelo Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); artigos científicos, que lista, classifica e analisa os trabalhos publicados no Brasil até o início de 2021; instituições, eventos e promoções relacionados à temática das PPBEs no Brasil, nos âmbitos público e privado; e considerações finais, que sintetizam as descobertas e apresentam um panorama geral do MPPBE no país.

Antes de iniciarmos, contudo, devemos fazer uma ressalva importante, qual seja: os distintos métodos empregados no mapeamento produziram, inevitavelmente, algumas distorções, que serão discutidas de modo sintético na segunda seção, ao longo do texto e mais detalhadamente ao fim do capítulo (apêndice D). Talvez a principal delas seja a falta de sensibilidade desses métodos para formas importantes e por vezes tradicionais de produção de conhecimento e de interação entre os tomadores de decisão do setor público e os especialistas. Essas formas, também capazes de informar a produção das políticas públicas, estão sob a responsabilidade de distintos atores governamentais e não governamentais, como as avaliações das políticas, as assessorias técnicas e a produção de dados e estatísticas. Isso porque, em ampla medida, os métodos que empregamos privilegiaram atores e instâncias que se reconhecem e são divulgados como produtores ou consumidores de evidências para as políticas públicas. Essa discrepância reflete o fato de que a emergência do movimento das PPBEs, que, no âmbito internacional, ocorreu na década de 1990, nem inaugura nem esgota a preocupação, muito mais antiga e abrangente, de que as políticas públicas não operem pautadas apenas pela ideologia, pela tradição ou pelo exemplo alheio.

2 BREVE METODOLOGIA E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Os mapeamentos de teses e dissertações, artigos científicos e instituições, eventos e promoções apresentados neste capítulo foram realizados em março de 2021. Foram utilizados diversos motores de busca específicos, bem como a pesquisa mais ampla do Google e do Google Acadêmico. Os problemas e limitações dos métodos empregados são discutidos com mais detalhe no apêndice D. Realizamos, também, uma análise de conteúdo dos dados encontrados, cujos resultados são apresentados, de maneira sintética, em tabelas específicas.

Para a produção da seção Teses e dissertações foi realizado um levantamento utilizando-se o motor de buscas do CTD da Capes, dentro de suas especificidades. Esta é uma base de dados lançada em 2002, que indexa o material produzido pelo Coleta Capes desde 1987, com busca direta na Plataforma Sucupira a partir de 2014.

Para o mapeamento de artigos científicos, foi utilizado o motor e os algoritmos de busca da base de dados de produções brasileiras da Scientific Electronic Library Online (SciELO), lançada em 1997 e que agrega periódicos das mais diversas áreas do conhecimento. Fizemos, também, pesquisas específicas no Google Acadêmico, em busca de periódicos não indexados, além do rastreamento de outros trabalhos nas bibliografias dos artigos previamente encontrados. Finalmente, para a pesquisa de instituições, eventos e promoções, foi utilizado o Google dentro de sua mais diversa gama de possibilidades de combinação de termos e estratégias de pesquisa, bem como a busca direta nos sites principais da administração pública dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal.

Em que pese a abrangência buscada, é essencial explicitar algumas das limitações da utilização das bases de dados e motores de busca por nós escolhidos, em detrimento de outros. No que tange às teses e dissertações, é importante frisar que a base é alimentada pelos dados gerados pelo Coleta Capes, que, por sua vez, são responsáveis de cada programa de pós-graduação (PPG), o que pode gerar lacunas, atrasos e revisões periódicas dos dados ali divulgados, alterando os resultados das buscas conforme essas revisões ocorrem. Sua alternativa, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ainda não contempla todas as instituições de pesquisa, visto que a participação é voluntária.

No caso de artigos científicos, a opção pela base de dados de produções nacionais da SciELO se justifica por sua relevância, impacto e abrangência, ainda que a base não contemple outros indexadores importantes e que são bastante específicos em relação às suas áreas de conhecimento, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e suas bases agregadas. Muito provavelmente, essa opção redundou na subapreciação, neste capítulo, da produção específica da área da saúde.

Por fim, na busca por instituições, eventos e promoções, é fundamental deixar claro que a maneira como o Google e outros buscadores menos populares indexam as páginas públicas para retornar suas buscas interfere diretamente na quantidade, abrangência e exatidão dos resultados, sendo estes condicionados por buscas anteriores e até mesmo pelo histórico de navegação de quem realiza a pesquisa. Mesmo adotando estratégias para minimizar essas externalidades, a própria realização de uma busca por determinados termos impacta na próxima busca a ser feita, por outros indivíduos, pelos mesmos termos. Com isso, informações em páginas mais internas ou subpáginas de determinado site tendem a retornar em número menor do que nas páginas principais ou, muitas vezes, encontram-se obscurecidas por muitas camadas de navegação. Para além disso, páginas na internet, em especial de autarquias e outras instituições, são atualizadas, desativadas ou reaproveitadas frequentemente, fazendo com que uma busca em determinada data represente

uma fotografia dos dados naquele momento, porém sem a informação completa do histórico de criação, alteração e exclusão até então.

3 TESES E DISSERTAÇÕES RELACIONADAS ÀS PPBES

O número de teses e dissertações defendidas no Brasil relacionadas às PPBES ainda é muito pequeno, sendo bastante recente a sua produção, como veremos nesta seção. Levantamento feito no CTD da Capes em março de 2021, realizado com a metodologia descrita no apêndice D, apontou a existência de apenas 23 trabalhos (apêndice A). Note-se, porém, que o referido catálogo, que é importante fonte de pesquisas, não retrata todo o universo da produção dos PPGs do país, mesmo que ele seja a sua principal referência.⁶ A grande maioria destas 23 teses e dissertações ali catalogadas foi defendida na segunda metade da década de 2010, como mostra a tabela 1.

TABELA 1
Ano de defesa das teses e dissertações sobre PPBES

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	0	2	0	1	3	3	4	2	7	23

Fonte: CTD da Capes.
Elaboração dos autores.

Desses 23 trabalhos de conclusão, oito são dissertações defendidas em mestrados profissionais, dez em mestrados acadêmicos e cinco são teses de doutoramento. Esses dados sugerem que, entre os pesquisadores em formação no Brasil, são os mais jovens que parecem ter maior preocupação com a questão das PPBES. Note-se, também, a importância dos mestrados profissionais no país, os quais, como se sabe, são em número muito menor do que os mestrados acadêmicos.

No que diz respeito à distribuição geográfica dessas 23 teses e dissertações defendidas, não chega a ser surpreendente a prevalência da região Sudeste, dada a grande concentração dos PPGs do país nessa região. A tabela 2 apresenta essa distribuição de maneira mais detalhada.

Dessas 23 teses e dissertações, treze foram defendidas em instituições federais; seis, em instituições estaduais; e quatro, em instituições comunitárias ou particulares.

É também pouco surpreendente o fato de a grande maioria das pesquisas que deram origem às teses e dissertações (T&Ds) que estamos analisando aqui ter sido desenvolvida na grande área das ciências da saúde. Isso é pouco surpreendente

6. Uma outra fonte importante, não consultada nesta pesquisa, é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), do IBICT, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

porque é bem sabido que o próprio movimento das PPBEs teve como uma de suas principais fontes a chamada medicina baseada em evidências (MBE), que mundo afora continua tendo grande capilaridade no campo da saúde (Baron, 2018). A tabela 3 apresenta a distribuição destes 23 trabalhos de conclusão de acordo com as áreas e subáreas do conhecimento a que pertencem os PPGs em que eles foram defendidos.

TABELA 2
Teses e dissertações brasileiras relacionadas ao MPPBE: distribuição geográfica

Norte	2	Pará = 1 Tocantins = 1
Nordeste	0	-
Centro-Oeste	1	Distrito Federal = 1
Sudeste	16	São Paulo = 10 Rio de Janeiro = 5 Minas Gerais = 1
Sul	4	Rio Grande do Sul = 3 Paraná = 1
Total	23	-

Fonte: CTD da Capes.
Elaboração dos autores.

TABELA 3
Áreas do conhecimento dos PPGs em que foram defendidas as teses e dissertações relacionadas ao MPPBE

Área do conhecimento	Número de T&Ds	Subárea do conhecimento
Ciências da saúde	14	Saúde coletiva = 4 10 outras subáreas, com 1 trabalho cada
Ciências sociais aplicadas	5	Economia = 2 Gestão = 2 Direito = 1
Ciências humanas	2	Ciências sociais = 2
Interdisciplinar	2	Política científica e tecnológica = 1 Ciência, tecnologia e sociedade = 1
Total	23	-

Fonte: CTD da Capes.
Elaboração dos autores.

Mesmo sendo muito variados os objetos, questionamentos, abordagens, preocupações e metodologias deste conjunto de trabalhos sobre as PPBEs, vale a pena tentarmos analisar o seu conteúdo, ainda que essa grande variedade nos obrigue a uma mirada mais panorâmica. A tabela 4 sintetiza algumas questões importantes, que são discutidas na sequência (uma versão mais detalhada dessa tabela é apresentada no apêndice E).

TABELA 4
Análise de conteúdo das teses e dissertações sobre PPBEs do catálogo da Capes

Categories analíticas	Número de sim	Frequência (%)
1 Defende que as políticas públicas sejam informadas por evidências? (Sim ou pouco claro)	21 de 23	91
2 Dialoga diretamente com o movimento das PPBEs? (Sim ou não)	10 de 23	43
3 Trabalhos da área da saúde que dialogam apenas com a medicina baseada em evidências	7 de 18	39
4 Teoriza sobre o manejo das evidências ou sobre a produção das PPBEs? (Sim ou não)	8 de 23	35
5 Enfatiza a produção das evidências? (Sim ou não)	19 de 23	83
6 Enfatiza o uso das evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento? (Sim ou não)	10 de 23	43
7 Explora ou desenvolve instrumentos para a produção das PPBEs? (Sim ou não)	15 de 23	65

Elaboração dos autores.

Vejam com um pouco mais de cuidado as categorias analíticas apresentadas na tabela 4. A primeira pergunta teve o objetivo de aferir o viés normativo dessas teses e dissertações. A leitora não deve ter se surpreendido com a descoberta de que a grande maioria dos trabalhos (91%) defende que as políticas públicas sejam informadas por evidências. As duas únicas exceções são as dissertações defendidas em um PPG em ciências sociais, que adotam uma posição mais neutra ou equilibrada, encampando de modo central algum ceticismo quanto às expectativas racionalizadoras do movimento das PPBEs. Isso não quer dizer, é claro, que os demais trabalhos sejam defesas acrílicas ou apenas laudatórias das PPBEs. De toda maneira, fica claro que nesses trabalhos prevalece amplamente uma postura de defesa dos princípios, objetivos e métodos do MPPBE, ainda que essa defesa seja normalmente temperada por críticas mais tópicas.

Os valores da segunda linha da tabela 4, por seu turno, talvez possam ser considerados inesperados. Nossa análise de conteúdo, também baseada na bibliografia dessas teses e dissertações, descobriu que apenas 43% delas dialogam diretamente com o movimento das PPBEs, isto é, abordam problemas, suscitam questões e/ou fazem referências a trabalhos e tradições para além do foco mais específico do próprio trabalho de conclusão. Parece-nos possível entender esse dado da seguinte maneira: se o movimento das PPBEs tem ganhado grande capilaridade em diversos países, sua apropriação no universo acadêmico, pelo menos no brasileiro, tem sido muitas vezes parcial e fragmentada (poderíamos sugerir também que, talvez, esses trabalhos sejam, de algum modo, prisioneiros de seu próprio pragmatismo).

Como mencionado anteriormente, a medicina baseada em evidências deve ser entendida como uma das primeiras e mais importantes propulsoras do movimento

das PPBEs. Mundo afora, a MBE continua gozando de grande prestígio e ampliando sua penetração entre os profissionais, instituições e políticas da área da saúde, sendo a saúde um campo do conhecimento que, ao mesmo tempo em que fomenta as abordagens multidisciplinares, produz também um forte efeito gravitacional. Assim, não chega a surpreender a nossa descoberta de que 39% das teses e dissertações sobre as PPBEs da área da saúde dialogam *apenas* com a MBE, e não com o movimento mais amplo das PPBEs (terceira linha da tabela 4).

De maneira para nós surpreendente, a quarta linha da tabela 4 revela que somente 35% das teses e dissertações que analisamos teorizam sobre o manejo das evidências ou sobre a produção das PPBEs. Tratando-se de trabalhos de conclusão da pós-graduação *stricto sensu*, talvez a nossa expectativa seja a de uma quase obrigatoriedade da mobilização dos arcabouços teóricos disponíveis. Contudo, a grande maioria dos trabalhos de nossa amostra parece ter preocupações mais pragmáticas, tendo prescindido de maiores teorizações sobre o movimento das PPBEs, o que reflete a chamada “guinada utilitária” da ciência e da produção do conhecimento (Solesbury, 2001). Essa perspectiva parece encontrar respaldo nos dados da sétima linha da tabela 4, que nos mostram que 65% dessas T&Ds exploram ou desenvolvem instrumentos específicos para a produção das PPBEs. Esses instrumentos serão apresentados adiante. Antes, porém, devemos explorar com mais cuidado os dados apresentados nas quinta e sexta linhas.

De uma maneira geral, o movimento das PPBEs reconhece que a busca pela melhoria da qualidade da ação governamental envolve tanto a necessidade de fazer com que o processo de produção das políticas seja mais permeável às evidências científicas quanto, igualmente, o reconhecimento da importância de fazer com que os produtores do conhecimento compreendam as necessidades e especificidades dos tomadores de decisões e de seu contexto. Por isso, as quinta e sexta questões procuram aferir se as T&Ds da amostra enfatizam a *produção* das evidências (83% delas o fazem) e/ou enfatizam o *uso* das evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento (apenas 43% delas o fazem). Fica claro, assim, que a maioria das T&Ds se concentra na questão da produção das evidências, negligenciando, em maior ou menor medida, os fatores que obstaculizam a sua efetiva utilização no processo de produção das políticas públicas. Vale ressaltar, não obstante, um dado que não consta da tabela 4: dessas 23 T&Ds, seis enfatizam tanto a produção como o uso das evidências, abarcando, assim, uma gama bem mais ampla de questões e problemas específicos do campo.

Por fim, cabem alguns comentários rápidos sobre os 65% das T&Ds que exploram ou desenvolvem instrumentos para a produção das PPBEs (sétima questão). Mais especificamente, as quinze T&Ds que tiveram essa preocupação mais destacada exploraram oito tipos de instrumentos, quais sejam: revisão sistemática; experimentos

aleatórios controlados; revisão de escopo; capacitação de técnicos e mudança na cultura organizacional; análise de custos; avaliação de impacto; escore de políticas municipais públicas; e tradução do conhecimento. Cabe destacar, também, que as revisões sistemáticas foram o único instrumento explorado por mais de uma única tese ou dissertação, tendo sido privilegiadas por nove desses quinze trabalhos (60%).⁷

4 ARTIGOS CIENTÍFICOS RELACIONADOS ÀS PPBEs

Dado o nosso objetivo de realização de um levantamento o mais exaustivo possível, o mapeamento dos artigos relacionados às PPBEs que apresentamos nesta seção foi feito a partir de buscas no SciELO Brasil, no Google Acadêmico (Google Scholar) e nas próprias bibliografias dos artigos encontrados. No apêndice D, a metodologia utilizada é apresentada em todos os seus detalhes. Essas buscas resultaram em uma listagem de 41 artigos que consideramos fazerem parte do “braço brasileiro” do movimento das PPBEs (apêndice B). Note-se, porém, que, a exemplo do que ocorre no caso das teses e dissertações, esses 41 artigos se vinculam de distintas maneiras ao que, neste capítulo, chamamos de movimento das PPBEs no Brasil. Se essas distintas formas de vinculação ao MPPBE muitas vezes ficam evidentes apenas pela leitura de seus títulos, essa diversidade ganhará contornos mais precisos quando apresentarmos uma análise de conteúdo desses trabalhos, nos mesmos moldes da análise que fizemos das T&Ds. Antes, porém, devemos analisar suas datas de publicação e os periódicos em que foram veiculados.

A tabela 5 apresenta o ano de publicação dos 41 artigos que encontramos. Ainda que a sua dispersão no tempo seja maior do que aquela das teses e dissertações, fica claro que, a exemplo do que vimos no caso das T&Ds, a maior parte desses artigos foi publicada bem recentemente, ou seja, na segunda metade da década de 2010. Sendo assim, os dados apresentados nas tabelas 1 e 5 nos permitem afirmar que, do ponto de vista analítico ou acadêmico, o enraizamento do movimento das PPBEs no Brasil é recente, frágil e tardio. Recente, porque a maioria das T&Ds e dos artigos veio à luz na segunda metade da década passada. Frágil, porque o seu número pode ser considerado bastante pequeno (dados adicionais, que serão apresentados e discutidos adiante, parecem corroborar essa fragilidade). E tardio, porque o movimento vem ganhando força desde a década de 1990 (Faria, 2021).

A exemplo do que descobrimos em nossa caracterização das teses e dissertações brasileiras que podem ser pensadas como de alguma maneira vinculadas ao MPPBE, no caso dos artigos, a maior parcela deles foi publicada em periódicos da grande área das ciências da saúde. Contudo, diferentemente do que foi exposto na tabela 3, os artigos do “braço brasileiro” do MPPBE estão distribuídos de

7. Para uma visão geral, ainda que não exaustiva, dos instrumentos do MPPBE ou de seus métodos e técnicas, ver Faria (2021).

maneira um pouco mais equânime entre as áreas do conhecimento, como deixa claro a tabela 6. Note-se que, no caso dos artigos, as ciências sociais aplicadas foram quase tão importantes quanto as ciências da saúde.

TABELA 5

Ano de publicação dos artigos relacionados às PPBEs

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
0	0	0	4	0	0	2	0	0	0	2
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
2	1	0	5	3	3	4	7	7	1	41

Elaboração dos autores.

TABELA 6

Áreas do conhecimento dos periódicos brasileiros em que foram publicados os artigos relacionados às PPBEs

Área do conhecimento	Número de artigos	Subáreas
Ciências biológicas	2	Biodiversidade, genética
Ciências da saúde	17	Saúde pública, saúde coletiva, genética, enfermagem
Ciências sociais aplicadas	16	Administração pública, administração de empresas, agricultura e sociedade, ciências econômicas, turismo, educação, ciência da informação
Ciências humanas	5	Sociologia, filosofia, políticas públicas
Interdisciplinar	1	Comunicação, saúde, educação
Total	41	

Elaboração dos autores.

Esses 41 artigos foram escritos por 108 autores e publicados por 25 periódicos diferentes, das cinco áreas do conhecimento apresentadas na tabela 6. Esses dados evidenciam que, também no Brasil, o MPPBE vai se constituindo como um movimento francamente multidisciplinar.

Vale destacar que quase 15% dos autores dos artigos aqui sob análise, ou dezesseis deles, são estrangeiros. Na grande maioria dos casos, esses autores estrangeiros publicaram em parceria com brasileiros, fato que revela algumas das formas pelas quais o MPPBE, fortemente transnacionalizado (Faria, 2021), vai ganhando capilaridade no país (apenas três dos artigos são assinados exclusivamente por estrangeiros).

Observar a frequência com que determinados periódicos e autores apareceram em nosso mapeamento nos permite avançar um pouco mais em nossa caracterização do MPPBE no Brasil. Se os dados que apresentaremos a seguir não revelam nenhuma concentração que nos pareça anormal ou capaz de sugerir que, no país, o MPPBE está concentrado em uns poucos periódicos ou autores, esses dados por certo nos mostram que alguns deles têm maior centralidade.

No que diz respeito aos periódicos, dezessete dos 25 que publicaram artigos sobre as PPBEs o fizeram apenas uma única vez. Dos demais, cinco publicaram dois artigos cada; um publicou três (*Revista de Administração Pública*); outro publicou quatro (*Boletim de Análise Político-Institucional*, três deles em um número especial, cujos outros artigos não foram detectados por nossa metodologia); e o último, que publicou nada menos do que sete artigos, dispersos por seis números diferentes (*Ciência e Saúde Coletiva*).

No que concerne aos autores, a concentração é menor, mas acreditamos que ela não é menos importante. Isso porque, dos 108 autores, apenas cinco assinam mais de um artigo. Se três deles são parceiros em dois artigos e um outro escreveu dois artigos sozinho, uma outra autora, Maria José Carneiro, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), assina sozinha ou em parceria nada menos do que quatro dos artigos aqui sob avaliação. Cabe destacar, também, que essa pesquisadora foi orientadora de duas das dissertações de mestrado analisadas na seção anterior. Fica claro, assim, que quando o universo de análise é tão restrito quanto o nosso, um único pesquisador pode fazer uma diferença significativa.

No entanto, a nossa análise dos artigos brasileiros vinculados ao MPPBE não seria satisfatória sem uma apreciação, ainda que genérica, de seu conteúdo. Para tanto, empregamos as mesmas categorias analíticas que utilizamos na nossa discussão sobre as teses e dissertações. A tabela 7 apresenta uma síntese da nossa análise de conteúdo dos 41 artigos (no apêndice E, esses dados são apresentados de maneira desagregada).

TABELA 7
Síntese da análise de conteúdo dos artigos relacionados às PPBEs publicados no Brasil

Categorias analíticas	Número de sim	Frequência (%)
1 Defende que as políticas públicas sejam informadas por evidências? (Sim ou pouco claro)	26 de 41	63
2 Dialoga diretamente com o movimento das PPBEs? (Sim ou não)	23 de 41	56
3 Trabalhos da área da saúde que dialogam apenas com a medicina baseada em evidências	7 de 21	33
4 Teoriza sobre o manejo das evidências ou sobre a produção das PPBEs? (Sim ou não)	33 de 41	80
5 Enfatiza a produção das evidências? (Sim ou não)	27 de 41	66
6 Enfatiza o uso das evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento? (Sim ou não)	28 de 41	68
7 Explora ou desenvolve instrumentos para a produção das PPBEs? (Sim ou não)	21 de 41	51

Elaboração dos autores.

A tabela 7 nos mostra, em sua primeira linha, que, a exemplo do que vimos nas T&Ds, a maioria dos artigos (63%) defende com clareza que as políticas públicas sejam informadas por evidências. Essa constatação revela que, na sua vertente acadêmica, o

“braço brasileiro” do MPPBE tem um forte viés normativo, que é mais acentuado no caso das T&Ds (91% delas, conforme a tabela 4). Sendo o movimento assumidamente propositivo, uma tal constatação não deveria ser surpreendente.

A segunda linha da tabela 7 nos mostra que, ao contrário do que vimos no caso das T&Ds, uma pequena maioria (56%) dos artigos dialoga diretamente com o MPPBE (43% das teses e dissertações o fazem). No que diz respeito aos artigos da área da saúde que dialogam apenas com a MBE (terceira linha), apenas 33% deles o fazem. Assim, a maior parte dos artigos da área da saúde dialoga mais amplamente com o MPPBE.

Na seção anterior, vimos que apenas 35% das teses e dissertações teorizam sobre o manejo das evidências ou sobre a produção das PPBEs. Essa cifra sobe vertiginosamente no caso dos artigos, atingindo 80% (quarta linha). Essa diferença talvez seja explicada pelo fato de que, normalmente, autores de artigos publicados são mais maduros e experientes do que pós-graduandos.

As quinta e sexta linhas, por sua vez, nos mostram que uma porcentagem semelhante de artigos enfatiza a produção das evidências (66%) e o uso das evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento (68%). Assim, se a maioria das T&Ds, como vimos, se concentra na questão da produção das evidências, negligenciando, em maior ou menor medida, os fatores que dificultam a sua efetiva utilização no processo de produção das políticas públicas, o mesmo parece não acontecer com os artigos.

Por fim, cabe destacar que, a exemplo do que tínhamos visto, mas com maior intensidade no caso das T&Ds (65%), a maioria dos artigos (51%) explora ou desenvolve instrumentos para a produção das PPBEs. Se, como vimos, as T&Ds enfatizaram oito tipos diferentes de instrumentos, os artigos, que são um número bem maior, dão destaque a onze tipos de instrumentos, quais sejam: avaliação de políticas públicas; revisão sistemática; monitoramento de horizonte tecnológico; aprendizagem de máquina; translação do conhecimento; diálogos deliberativos; elaboração de listas de produtos estratégicos; evidências comportamentais; projeto descentralização *on-line*; mapa causa e efeito; e avaliação de impacto na saúde (*health impact assessment*). Vale destacar, ainda, que a exemplo do que constatamos no caso das teses e dissertações, as revisões sistemáticas foram amplamente privilegiadas nos artigos, visto que, dos 21 daqueles que exploraram mais cuidadosamente instrumentos para a produção das PPBEs, quase a metade deles (dez) deu destaque às revisões sistemáticas.

Tendo discutido até aqui duas das vertentes acadêmicas do MPPBE no Brasil, o capítulo trata, a seguir, da institucionalização do movimento no país e do que tem sido feito em outros âmbitos para promovê-lo por estas latitudes. Antes, porém, devemos deixar registrada aqui uma lacuna importante de nosso mapeamento: dada

a inexistência (ou nosso desconhecimento) de um mecanismo de busca capaz de tornar mais possível o trabalho de localização e registro, nada será dito aqui das maneiras como o movimento vem sendo difundido no país por meio da oferta de cursos específicos pelas universidades brasileiras.

5 INSTITUIÇÕES, EVENTOS E PROMOÇÕES DO “BRAÇO BRASILEIRO” DO MPPBE

No plano internacional, o movimento das PPBEs tem mobilizado toda uma multiplicidade de atores, individuais e institucionais, governamentais e não governamentais, da academia e do setor privado, locais, nacionais e internacionais (Faria, 2021). Nesta seção, trataremos exclusivamente dos atores institucionais que têm atuado para promover o movimento no Brasil, mas deve-se recordar também o papel central que determinados indivíduos, usualmente denominados “empreendedores de políticas públicas”, desempenham na inovação, na negociação e no processo mais geral de produção das políticas públicas e também, por certo, no MPPBE (Cairney, 2018).

Entendemos que qualquer mapeamento do movimento das PPBEs, mesmo em um único país, como o que se pretende aqui, dificilmente conseguirá ser exaustivo, em função mesmo da grande capilaridade de seus processos e da multiplicidade de seus atores e agentes. O que se pretende aqui, então, é, tão somente, apresentar uma amostra do complexo mosaico institucional que sustenta e promove o MPPBE no Brasil, amostra essa que padece das limitações inerentes a qualquer busca feita pela internet. A metodologia usada neste levantamento é igualmente apresentada adiante (apêndice D), quando também discutimos, com mais detalhe, as suas limitações inevitáveis.

Na pesquisa que fizemos, foram detectadas 32 instituições, eventos ou promoções que associamos ao “braço brasileiro” do MPPBE, que estão igualmente listados adiante (apêndice C). Também aqui fica claro que são iniciativas bastante recentes, como mostra a tabela 8.

TABELA 8
Ano de criação das instituições ou de realização dos eventos e promoções relacionadas às PPBEs no Brasil

2007	2008	-	2013	2016	-	2018	2019	2020	2021	Total
1	1	-	1	2	-	6	7	13	1	32

Elaboração dos autores.

Acreditamos que a cifra de 32 surpreende, uma vez que a nossa expectativa era de encontrar um universo muito mais vicejante, mesmo levando-se em consideração as limitações do método de busca. Não obstante, essas 32 instituições, eventos e

promoções encontradas, se em menor número do que o esperado, revelam, por outro lado, que também no Brasil o movimento vai ganhando capilaridade a partir do trabalho, frequentemente articulado, de uma notável diversidade de atores. Desses 32, metade (dezesseis) são instituições e a outra metade são eventos ou promoções. Dos 32, doze são de natureza governamental; onze, não governamental; e nove são instituições, eventos ou promoções das universidades do país. Ainda que possa ser polêmica a nossa decisão de considerar as universidades como uma categoria à parte, acreditamos que essa distinção é importante, por uma diversidade de motivos, como a própria natureza do movimento e a necessidade de aferirmos, também por essa via, a penetração do MPPBE na universidade brasileira.

Quando pensamos em como instituições, eventos e promoções do MPPBE se distribuem entre os distintos setores no país, o que também é apresentado com detalhes na listagem que consta do apêndice C, chegamos ao seguinte resultado: no âmbito governamental, foram encontradas cinco instituições e sete eventos e promoções; no plano não governamental, detectamos oito instituições e três eventos e promoções; ao passo que, nas universidades, foram encontradas três instituições e seis eventos e promoções.

Vejam com mais cuidado a atuação governamental que associamos ao desenvolvimento do MPPBE no Brasil. Antes, porém, cabe reiterar que muito do que o Estado faz, que poderia estar ligado ao movimento ou à promoção da sua causa, como toda a atividade de avaliação das políticas públicas e sua institucionalização nos governos, acabou não sendo detectado, porque o método de coleta que utilizamos privilegia iniciativas que, em alguma medida, se compreendem e se divulgam como produção ou consumo de evidências. Dito de outra maneira, a metodologia empregada limita, em proporções que não conseguimos dimensionar, o mapeamento aqui apresentado e discutido.

Feita essa ressalva, acreditamos que as descobertas sejam importantes mesmo assim. Primeiramente, devemos notar que das doze iniciativas governamentais encontradas, dez se referem ao governo federal (foram encontrados apenas dois eventos de governos subnacionais: um curso ofertado pela Escola de Governo do Distrito Federal e outro pela Escola de Governo do Ministério Público do Rio de Janeiro). Note-se que as buscas que fizemos nos sítios eletrônicos oficiais de todos os 26 estados brasileiros, bem como no do Distrito Federal, não nos apontaram iniciativa alguma. Isso não quer dizer, é claro, que não existam outras iniciativas dos governos subnacionais brasileiros no sentido da promoção das PPBEs. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por exemplo, criou, em 2020, o Escritório de Evidências. Ainda assim, parece claro que o MPPBE ainda não ganhou maior capilaridade ou visibilidade nos governos subnacionais brasileiros, o que talvez possa ser pensado como resultado tanto das menores capacidades dos governos

subnacionais quanto da flagrante incipiência do movimento no país. Como já ressaltado, das doze iniciativas governamentais, cinco são instituições ligadas ao governo federal (um conselho, uma assessoria, duas plataformas eletrônicas e um mestrado profissional, criado pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap) e sete são eventos ou promoções (cursos, seminários, oficinas e um edital para contratação de pesquisas, este último também da Enap). Cabe ressaltar ainda, por fim, que dessas doze iniciativas governamentais, quatro delas estão ligadas à Enap, o que a torna a principal promotora do MPPBE no Brasil, pelo menos de acordo com nossa metodologia. A Enap é também parceira da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) na criação do Prêmio Evidência.

No que diz respeito às iniciativas não governamentais, o que se nota é uma interessante inversão nas frequências encontradas, posto que foi detectado um número muito maior de instituições do que de eventos e promoções (8 x 3). Se a maior maleabilidade e autonomia do setor não governamental talvez explique o maior número de instituições, explicar o pequeno número encontrado de eventos e promoções (três) parece-nos bem mais complicado. É grande a diversidade das instituições não governamentais que encontramos em nossa pesquisa, abarcando três *think tanks*, uma organização não governamental (ONG), uma associação apartidária, uma plataforma, uma *startup* e uma rede, esta última vinculada a uma organização internacional, a Organização Mundial da Saúde (OMS). Cabe destacarmos ainda, exemplificando uma vez mais as limitações da metodologia empregada aqui, que qualquer pesquisa rápida no YouTube vai demonstrar também que diversas outras instituições não governamentais brasileiras se encontram envolvidas com o MPPBE, sendo talvez as mais conhecidas delas o Instituto Unibanco e o Instituto Ayrton Senna. Essa pesquisa vai mostrar também, em menor escala, o envolvimento de outras instituições governamentais e de universidades.

Por fim, no que diz respeito à universidade, se os seis eventos e promoções detectados são do tipo esperado (seminários e debates, uma disciplina e um projeto de extensão), as três instituições são as seguintes: o Prêmio Evidência, instituído pela FGV e pelo IMDS; o Núcleo de Inteligência Social, criado pela PUC-Minas em parceria com o ChildFund Brasil; e o Observatório Covid-19 BR, que se anuncia como uma “iniciativa independente de 85 pesquisadores associados a 28 instituições”,⁸ a grande maioria delas universidades. Vale destacar, também, que, nessa terceira categoria, a do mundo universitário, destacou-se a FGV, responsável por um terço dos itens da categoria (três de nove).

Finalizado, assim, o nosso percurso, serão sintetizadas as nossas descobertas e apresentado a seguir um panorama geral do MPPBE no Brasil.

8. Disponível em: <<https://bit.ly/3K8DfFw>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão mais geral de nosso mapeamento é que o enraizamento do movimento das PPBEs no Brasil é recente, frágil e tardio. Ele é recente porque a maioria das teses e dissertações, dos artigos, das instituições e dos eventos e promoções associados é datada da segunda metade da década de 2010 e do ano de 2020. Frágil, porque o seu número é modesto, ainda que, também no país, o MPPBE mobilize atores e instituições de grande prestígio. Ele pode ser considerado tardio quando se recorda que o movimento foi deslanchado na década de 1990. Os dados que apresentamos e discutimos nos permitem afirmar ainda que, também no Brasil, o MPPBE é acentuadamente multidisciplinar, ainda que prevaleçam os aportes das ciências da saúde e das ciências sociais aplicadas, como nos parece natural. Não obstante, nosso questionamento acerca das interlocuções estabelecidas nas teses e dissertações e nos artigos evidenciou que, se o MPPBE tem ganhado capilaridade no universo acadêmico brasileiro, ele normalmente dialoga de maneira restrita com toda a fortuna analítica e propositiva do movimento.

Certamente não surpreende a descoberta de que parte significativa dos trabalhos acadêmicos que entendemos como compondo o “braço brasileiro” do MPPBE tem preocupações mais pragmáticas, tendo prescindido de mais teorizações sobre a produção das PPBEs (65% das teses e dissertações e 20% dos artigos). No nosso entender, se o viés era esperado, ele não deixa de refletir também um fenômeno mais geral: a chamada “guinada utilitária” da ciência e da produção do conhecimento. No que concerne aos instrumentos para a promoção das PPBEs explorados mais frequentemente, ganharam destaque, no plano acadêmico, como visto, as revisões sistemáticas. Vimos também que, se a maioria das teses e dissertações privilegia a *produção* das evidências, negligenciando em alguma medida os fatores que dificultam a sua efetiva *utilização* no processo de produção das políticas públicas, isso parece não acontecer com os artigos.

Nossa análise das instituições, dos eventos e das promoções associados ao MPPBE no país, ainda que restrita a um universo que consideramos modesto, revelou que também nessa seara o movimento tem ganhado certa capilaridade no país, ainda que apenas em anos mais recentes. Vimos também que, em sua faceta governamental, as iniciativas, de diversas ordens, concentram-se no plano federal, sendo escassas as iniciativas dos governos subnacionais. No âmbito federal, ganhou destaque o trabalho realizado pela Enap, que talvez possamos considerar a principal promotora do MPPBE no país, pelo menos no âmbito governamental. Nosso mapeamento também mostrou uma grande diversidade de instituições não governamentais atuando nesse campo, muitas vezes de maneira articulada. No mundo universitário, parece se destacar a FGV, descoberta que não surpreende quando levamos em consideração todos os esforços feitos pela instituição para atuar e ser reconhecida também como um *think tank*.

Quer o movimento das PPBEs seja considerado um acréscimo importante aos bem-vindos esforços em benefício da modernização do Estado brasileiro, quer ele seja entendido como um imprescindível instrumento para a maximização da eficácia e da eficiência das políticas públicas brasileiras, quer ele seja interpretado como expressão da busca de despolitização da ação governamental, como instrumento de promoção do neoliberalismo ou apenas como mais uma grife, fato é que o mapeamento feito aqui parece indicar que o MPPBE vem se implantando celeremente no país.

REFERÊNCIAS

BARON, J. A brief history of evidence-based policy. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 678, n. 1, p. 40-50, 2018.

BRACHO, T. Políticas basadas en evidencia: la política pública como acción informada e objeto de investigación. *In*: MERINO, M.; CEJUDO, G. M. (Eds.). **Problemas, decisiones y soluciones: enfoques de política pública**. México: FCE/CIDE, 2010. p. 291-320.

CAIRNEY, P. Three habits of successful policy entrepreneurs. **Policy and Politics**, v. 46, n. 2, p. 199-215, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3kqbehV>>. Acesso em: 20 set. 2021.

FARIA, C. A. P. de. Produção e manejo de evidências para as políticas públicas: aprendendo com a experiência comparada de cinco tipos de instituições especializadas. **Cadernos ENAP**, 2021. No prelo.

_____. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, out. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3kqlPsV>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MONAGHAN, M. **Evidence versus politics: exploiting research in UK drug policy making?** Bristol: The Policy Press, 2011.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19. **Página Informativa**, n. 5, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3Czn5QX>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PARKHURST, J. **The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence**. New York: Routledge, 2017.

SANDIM, T. L.; MACHADO, D. A. O paradigma das políticas públicas baseadas em evidências na gestão pública brasileira: uma análise das publicações acadêmicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, p. 41-47, nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3Czny5F>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTOS, Y. Pandemia de *papers*. **Revista Piauí**, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3CtmPCT>> Acesso em: 20 set. 2021.

SOLESBURY, W. **Evidence based policy**: whence it came and where it's going. London: ESRC UK Centre for Evidence Based Policy and Practice, Oct. 2001. (Working Paper, n. 1). Disponível em: <<https://bit.ly/3IHZOVZ>>. Acesso em: 20 set. 2021.

APÊNDICE A

LISTAGEM DAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIA

AGLIO, F. J. C. **Ciência ou senso comum?** O uso do conhecimento científico no discurso político da revisão do Código Florestal Brasileiro. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012. (Biblioteca depositária: Centro de Documentação Ivan de Otero Ribeiro).

ALVARENGA, A. C. **O Pronaf na antropologia, economia, geografia e sociologia:** uma revisão sistemática da produção bibliográfica (2007 A 2014). 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. (Biblioteca depositária: Centro de Documentação Ivan de Otero Ribeiro).

CACAPIETRA, R. S. **Pequenos incentivos, grandes mudanças:** economia comportamental aplicada a políticas públicas. 2019. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, 2019. (Biblioteca depositária: Centro Universitário do Pará – Cesupa).

CAYETANO, M. H. **Panorama do recrutamento, contratação e remuneração dos recursos humanos em odontologia no serviço público.** 2019. 158 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. (Biblioteca depositária: Serviço de Documentação Odontológica da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo – SDO/FOUSP).

FARIAS, A. L. S. **Percepções de gestores do Sistema Único de Saúde sobre o uso de evidências no processo decisório de gestão de políticas de saúde.** 2017. 47 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2017. (Biblioteca depositária: Fadlo Haidar).

GAIOTTO, E. M. G. **Elaboração de uma síntese de evidências para políticas de saúde:** reduzindo a mortalidade perinatal no município de Porto Feliz-SP. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, São Paulo, 2016. (Biblioteca depositária: Biblioteca do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde).

GALLASSI, A. D. **Análise do custo social do uso do álcool no Brasil no ano de 2007.** 2010. 358 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. (Biblioteca depositária: Biblioteca Central da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP).

HOFFMANN, J. F. **Modelagem estatística para avaliação de impacto de políticas públicas de saúde no contexto de quase-experimentos longitudinais.** 2019. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HORTA, R. L. **Consequences of adversity on the development of attachment-related neurotransmitter systems**: integrative review and analysis of Brazilian federal policies for early childhood. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. (Biblioteca depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto de Ciências Biológicas).

JANUARIO, L. A. **Subsídios para o delineamento de uma política pública para seleção e disseminação de evidências em saúde**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MASTROROCCO FILHO, D. A. M. **Políticas farmacêuticas informadas por evidências**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015. (Biblioteca depositária: Aluísio de Almeida).

MENEGOTTO, G. **Ambiente obesogênico escolar e obesidade em adolescentes brasileiros**: teoria e evidências. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. (Biblioteca depositária: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

MOREIRA, L. G. **Da política sobre drogas até a gestão pública baseada em evidências**: uma análise qualitativa na capital do Brasil. 2015. 46 f. Dissertação (Mestrado) – Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Porto Alegre, 2015. (Biblioteca depositária: James Inciardi – Hospital das Clínicas de Porto Alegre).

OLIVEIRA, N. C. L. **Análise do escore de políticas municipais públicas no contexto da atenção integral à saúde**. 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. (Biblioteca depositária: Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense).

ONOUÉ, E. Y. **Determinantes econômicos e sociodemográficos da demanda por importações de produtos farmacêuticos: análise para países em desenvolvimento**. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019. (Biblioteca depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá – BCE/UEM).

RAMOS, M. C. **O processo de regionalização via Coap informado por evidências**: estamos no caminho certo? 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. (Biblioteca depositária: Biblioteca Central da Universidade de Brasília).

REIS, G. R. **A utilização do uso de evidências científicas como política pública para a otimização na disponibilidade de vagas em UTI no Tocantins**. 2018. 74 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018. (Biblioteca depositária: Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins – *campus* de Palmas).

SILVA, D. R. M. **Obstacles to innovation in Brazil**: an empirical analysis based on the Brazilian innovation survey (PINTEC). 2019. 202 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. (Biblioteca depositária: Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas).

SILVA, F. M. **Síntese de evidências para políticas de saúde**: prevenção e controle do pé diabético na atenção primária à saúde. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. (Biblioteca depositária: Biblioteca Central da Urca).

SILVA, M. A. **Influência da dieta do exercício físico e dos medicamentos sobre a pressão arterial sistêmica**: síntese de evidências. 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Cardiologia, Rio de Janeiro, 2016. (Biblioteca depositária: Biblioteca Virtual do Instituto Nacional de Cardiologia).

SIMOYAMA, F. O. **Política baseada em evidências**. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2017. (Biblioteca depositária: Universidade Federal de São Paulo – *campus* Osasco).

SOUZA, S. A. **O uso de evidências científicas na gestão de políticas municipais de saúde na região nordeste de Santa Catarina**. 2017. 69 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2017. (Biblioteca depositária: Fadlo Haidar).

YUBA, T. Y. **Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde**: um estudo de caso da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. 150 f. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. (Biblioteca depositária: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo).

APÊNDICE B

LISTAGEM DOS ARTIGOS SOBRE POLÍTICA PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIA
PUBLICADOS NO BRASIL

AKERMAN, M.; MENDES, R.; BÓGUS, C. M. É possível avaliar um imperativo ético? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 605-615, set. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3hUumTo>>. Acesso em: 21 set. 2021.

BARRETO, M. L. O conhecimento científico e tecnológico como evidência para políticas e atividades regulatórias em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 329-338, jun. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3hT33sL>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAMPOS, G. W. S. *et al.* Políticas e práticas em saúde mental: as evidências em questão. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2797-2805, out. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3lImOp>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CARNEIRO, M. J.; DANTON, T. Agricultura e biodiversidade nas ciências sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. **Sociologias**, v. 14, n. 30, p. 252-289, ago. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2XyqFeL>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). **Raízes**, v. 36, n. 1, p. 61-74, jan-jun. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2XALWEC>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CARNEIRO, M. J. T.; SANDRONI, L. T. Ciência e política pública na perspectiva dos gestores: clivagens e confluências. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 39-59, abr. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3EEGjGA>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CARNEIRO, M. J.; ROSA, T. S. A ciência e seus usos na política: uma reflexão sobre a política baseada em evidências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 331-352, jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3EEsBmV>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CARVALHO, A. I. *et al.* Concepts and approaches in the evaluation of health promotion. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 521-529, Sept. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3hTk326>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CÔRTEZ, P. R.; LARA, F. T. R.; OLIVEIRA, A. M. A. Políticas públicas baseadas em evidências comportamentais: reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 428-454, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZnUKyD>>. Acesso em: 22 set. 2021.

COSTA, C. G. F.; DA SILVA, E. V. O que realmente importa no processo de tomada de decisão considerando políticas públicas baseadas em evidência. **Revista Administração em Diálogo – RAD**, v. 18, n. 2, p. 124-143, maio-ago. 2016. Disponível em: Disponível em: <<https://bit.ly/3CCZkaH>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CRAVEIRO, I. M. R. *et al.* Desigualdades sociais, políticas de saúde e formação de médicos, enfermeiros e dentistas no Brasil e em Portugal. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 10, p. 2985-2998, out. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3lExvry>>. Acesso em: 21 set. 2021.

CRUMPTON, C. D. *et al.* Evaluation of public policies in Brazil and the United States: a research analysis in the last 10 years. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 981-1001, nov./dez. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3kt4PCi>>. Acesso em: 21 set. 2021.

DIAS, R. I. S. C. *et al.* Estratégias para estimular o uso de evidências científicas na tomada de decisão. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 316-322, jul.-set. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3krIOE0>>. Acesso em: 21 set. 2021.

DUAILIBI, Sérgio; LARANJEIRA, R. Políticas públicas relacionadas às bebidas alcoólicas. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 839-848, out. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3kscfWs>>. Acesso em: 21 set. 2021.

DUARTE, T. R. O painel brasileiro de mudanças climáticas na interface entre ciência e políticas públicas: identidades, geopolítica e concepções epistemológicas. **Sociologias**, v. 21, n. 51, p. 76-101, ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3lLJlB>>. Acesso em: 21 set. 2021.

FERREIRA, H. R. S. Análise de qualidade de evidências científicas utilizadas em política pública: aplicação a documentos relativos à tramitação do PL nº 3.722/2012, que flexibiliza o controle de armas de fogo. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, p. 125-134 nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3CAgWUo>>. Acesso em: 21 set. 2021.

GIATTI, L. L. *et al.* Emerging complexities and rising omission: contrasts among socio-ecological contexts of infectious diseases, research and policy in Brazil. **Genetics and Molecular Biology**, v. 44, n. 1, p. 1-9, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3nVdSyg>>. Acesso em: 21 set. 2021.

GOMES, P. T. C. *et al.* Horizon scanning in Brazil: outputs and repercussions. **Revista de Saúde Pública**, v. 53, n. 111, p. 1-10, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3kvvb6E>>. Acesso em: 21 set. 2021.

GUIMARÃES, R. M. *et al.* Os desafios para a formulação, implantação e implementação da Política Nacional de Vigilância em Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1407-1416, mai. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/39njkrW>>. Acesso em: 21 set. 2021.

HASSENTEUFEL, P. *et al.* Policy diffusion and translation: the case of evidence-based health agencies in Europe. **Novos Estudos**, v. 36, n.1, p. 77-96, mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3lM6K4v>>. Acesso em: 21 set. 2021.

IVAROLA, L. Consecuencias alternativas: la importancia de su conocimiento en la implementación de políticas. **Trans/Form/Ação**, v. 42, n. 2, p. 195-212, jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3lK8qLY>>. Acesso em: 21 set. 2021.

KOGA, N. M. *et al.* **O que informa as políticas públicas: survey** sobre o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira. 2020. Brasília: Rio de Janeiro, Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2619). Disponível em: <<https://bit.ly/3Cy2nAL>>. Acesso em: 21 set. 2021.

KOGA, N. M. *et al.* Instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da Covid-19: uma análise dos normativos produzidos pelo Executivo Federal. 2020. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 22, abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hW3nH7>>. Acesso em: 22 set. 2021.

MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. The results of ecotourism policies in protected areas in Brazil and Canada. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 3, p. 454-479, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2W057XY>>. Acesso em: 22 set. 2021.

MEDEIROS, H.; SANTIAGO, K. Políticas públicas educacionais baseadas em evidências: tomada de decisão apoiada em algoritmos de mineração de dados a partir dos questionários da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). **Revista Tecnologias na Educação**, v. 31, p. 1-16, dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3u5tjoG>>. Acesso em: 22 set. 2021.

OELKE, N. D.; LIMA, M. A. D. S.; ACOSTA, A. M. Knowledge translation: translating research into policy and practice. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. 3, p. 113-117, set. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3EHWl2n>>. Acesso em: 22 set. 2021.

PELLEGRINI FILHO, A. Public policy and the social determinants of health: the challenge of the production and use of scientific evidence. **Cadernos Saúde Pública**, v. 27, p. 135-140, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3kCx7L3>>. Acesso em: 22 set. 2021.

PEDROSO, R. T.; JUHÁSOVÁ, M. B.; HAMANN, E. M. A ciência baseada em evidências nas políticas públicas para reinvenção da prevenção ao uso de álcool e outras drogas. **Interface**, v. 23, p. 1-16, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3AxxjRh>>. Acesso em: 22 set. 2021.

PINHEIRO, M. M. S. **Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual**. 2020. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2554). Disponível em: <<https://bit.ly/3o12b98>>. Acesso em: 22 set. 2021.

_____. Políticas públicas baseadas em evidências: uma avaliação crítica. 2020. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, novembro de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3u5G5Ua>>. Acesso em: 22 set. 2021.

RAMOS, M. C.; SILVA, E. N. Como usar a abordagem da política informada por evidência na saúde pública? **Saúde Debate**, v. 42, n. 116, p. 296-306, jan.-mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3kuy87C>>. Acesso em: 22 set. 2021.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, out. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3AxZH5H>>. Acesso em: 22 set. 2021.

RESENDE, F. M. *et al.* A conceptual model to assess the impact of anthropogenic drivers on water-related ecosystem services in the Brazilian Cerrado. **Biota Neotropical**, v. 20, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hSX9rq>>. Acesso em: 22 set. 2021.

REZENDE, K. S.; SILVA, G. O.; ALBUQUERQUE, F. C. Parcerias para o desenvolvimento produtivo: um ensaio sobre a construção das listas de produtos estratégicos. **Saúde Debate**, v. 43, n. esp. 2, p. 155-168, nov. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3EEqu2B>>. Acesso em: 22 set. 2021.

RIBEIRO, P.; SOPHIA, D. C.; GRIGÓRIO, D. A. Gestão governamental e sociedade: informação, tecnologia e produção científica. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 623-631, jun. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3o1DXvs>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANDIM, T. L.; MACHADO, D. A. O paradigma das políticas públicas baseadas em evidências na gestão pública brasileira: uma análise das publicações acadêmicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, p. 41-47, nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3kCRPuh>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVA, D. A. V. S.; FONSECA, M. V. A. Monitoramento para avaliação do desempenho regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 447-472, mar./abr. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2XCyobU>>. Acesso em 22 set. 2021.

SOUZA, L. E. P. F.; CONTANDRIOPOULOS, A.-P. O uso de pesquisas na formulação de políticas de saúde: obstáculos e estratégias. **Cadernos Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 546-554, mar.-abr. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3CsS1SO>>. Acesso em: 22 set. 2021.

TOLOSANA, E. S. Reducing health inequalities: the use of health impact assessment on rural areas. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 515-526, abr.-jun. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2XJ4XVG>>. Acesso em: 223 set. 2021.

TRACTENBERG, L.; STRUCHINER, M. Revisão realista: uma abordagem de síntese de pesquisas para fundamentar a teorização e a prática baseada em evidências. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 3, p. 425-38, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3EHyjEU>>. Acesso em: 22 set. 2021.

YONEKURA, T. *et al.* Revisão realista como metodologia para utilização de evidências em políticas de saúde: uma revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 53, p. 1-12, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3ocgZlF>>. Acesso em: 22 set. 2021.

APÊNDICE C

LISTAGEM DAS INSTITUIÇÕES, EVENTOS E PROMOÇÕES DO MOVIMENTO BRASILEIRO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS (PPBEs)

1 DOZE INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS

1.1 Instituições governamentais

- 1) Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), instituído em dezembro de 2016 com o objetivo de, junto à Controladoria-Geral da União (CGU), Casa Civil e ministérios, avaliar as políticas públicas implantadas no Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/3o2qdAD>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 2) Plataforma +Brasil, lançada pelo governo federal em 2019 e gerida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) sob a égide de viabilizar políticas públicas baseadas em evidências tecnológicas. Disponível em: <<https://bit.ly/3ktt0Rg>> e <<https://bit.ly/2W1ekiK>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 3) Assessoria Estratégica de Evidências do Ministério da Educação (MEC), criada em julho de 2018 com a missão de promover o uso apropriado das evidências e fomentar a cultura de inovação para melhorar a qualidade das políticas educacionais brasileiras. Disponível em: <<https://bit.ly/3lMw4aB>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 4) Mestrado Profissional da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Disponível em: <<https://bit.ly/3kxvmPa>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 5) Plataforma GovData: plataforma de inteligência para aplicação de políticas públicas baseadas em evidências. Disponível em: <<https://bit.ly/3hXssBu>>. Acesso em: 21 set. 2021.

1.2 Eventos e promoções governamentais

- 1) Webinarário da Casa Civil do governo federal realizado em 4 de dezembro de 2020 como parte do Ciclo de Webinarários sobre o Centro de Governo e Revisão por Pares da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em que se discutiu a importância de políticas públicas baseadas em evidências. Disponível em: <<https://bit.ly/2XGZrTq>>. Acesso em: 21 set. 2021.

- 2) Curso rápido promovido pela Enap sobre a temática, ocorrido em março de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3CFe7lg>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 3) Escola de Governo do Distrito Federal tem em sua programação para o triênio 2020-2022 curso relacionado a políticas sociais baseadas em evidências. Disponível em: <<https://bit.ly/3kxEAeg>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 4) Oficina de políticas públicas baseadas em evidências promovida pela Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal, com temática *Modelo lógico para políticas públicas: um instrumento para avaliação de políticas públicas baseadas em evidências*, ocorrida em 18 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3EHk56G>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 5) Curso de Capacitação do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERRB) – Escola de Governo do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre políticas públicas baseadas em evidências, ocorrido em 26 e 28 de agosto e 2 e 4 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3u4GBll>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 6) Edital da Enap para concessão de bolsas de pesquisa no âmbito do Programa Cátedras Brasil contemplando, entre as temáticas, a comunicação de evidências em políticas públicas, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 11 de junho de 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3o29U6S>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 7) Curso Governança Pública e Políticas Baseadas em Evidências, promovido pela Enap em 19 de outubro de 2018, com participação de autoridades ligadas ao governo federal. Disponível em: <<https://bit.ly/3ELmJZ4>>. Acesso em: 21 set. 2021.

2 ONZE INICIATIVAS NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 Instituições não governamentais

- 1) Impulso Gov – *think tank* criado em 2019 com o intuito de, a partir de dados abertos da saúde pública no Brasil, apoiar o desenvolvimento de soluções e a tomada de decisão de governos estaduais e municipais quanto à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <<https://bit.ly/2XDxCvg>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 2) Instituto Questão de Ciência – *think tank* criado em 2018 com o objetivo de promover as PPBEs a partir de pesquisa científica, jornalismo científico

- e defesa do uso de dados científicos. Possui, em seu *site*, artigos de opinião e periódico científico. Disponível em: <<https://bit.ly/3lIq0Qo>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 3) Open Knowledge Brasil – organização da sociedade civil, capítulo brasileiro da Open Knowledge International. Constituída no Brasil em 2013, desenvolve ferramentas cívicas, projetos, análises de políticas públicas e jornalismo de dados com o objetivo de pautar a transparência entre governo e sociedade. Disponível em: <<https://bit.ly/3kA3zzz>>. Acesso em: 21 set. 2021.
 - 4) Iniciativa RIO+ – associação apartidária que tem como objetivo contribuir para a retomada socioeconômica do Rio de Janeiro, por meio da análise de dados, do incentivo à pesquisa local, do fomento ao surgimento de talentos e levando evidências para o ambiente político. Organizou, em junho de 2020, o I Seminário – Políticas Públicas Baseadas em Evidências. Disponível em: <<https://bit.ly/3zxKm3L>>. Acesso em: 21 set. 2021.
 - 5) Centro de Liderança Pública (CLP) – *think tank* e promotor de cursos na área de políticas públicas e gestão com cursos na temática de PPBEs. Disponível em: <<https://bit.ly/3EKu0IX>>; <<https://bit.ly/3ELtb2j>>; e <<https://bit.ly/3kupsye>>. Acesso em: 21 set. 2021.
 - 6) Nexo Políticas Públicas – plataforma científico-jornalística ligada ao veículo de mídia *Nexo Jornal* com o objetivo de dialogar com diversos públicos, do acadêmico ao político, e a população em geral, visto que as evidências têm papel fundamental na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e são resultado direto de pesquisa acadêmica. Disponível em: <<https://bit.ly/3u43t4i>>. Acesso em: 21 set. 2021.
 - 7) Gove Digital – *startup*, autodefinida como uma *govtech*, que trabalha para transformar o jeito que gestores públicos municipais tomam suas decisões diárias e, também, para aumentar a eficiência das finanças públicas. Disponível em: <<https://bit.ly/3AxZAHm>>. Acesso em: 21 set. 2021.
 - 8) Evidence Informed Policy Network Brasil (EVIPNET Brasil) é o braço brasileiro de uma rede promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para promover o uso sistemático de evidências de pesquisas científicas na formulação de políticas públicas de saúde. Disponível em: <<https://bit.ly/2XKIdF8>>. Acesso em: 21 set. 2021.

2.2 Eventos e promoções não governamentais

- 1) Transparência Covid-19 – iniciativa da Open Knowledge Brasil com o objetivo de avaliar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia do novo coronavírus publicados pela União e pelos estados brasileiros em seus portais oficiais. Disponível em: <<https://bit.ly/3ACfJLV>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 2) III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, organizado pelo Instituto Rui Barbosa, foi realizado em Belo Horizonte, em 2018, perpassando a temática das PPBEs. Disponível em: <<https://bit.ly/39xbqWk>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 3) Curso Política Pública Baseada em Evidência, organizado pelo coletivo A Ponte, rede de mulheres com *expertise* acadêmica e em prática de governo que busca prover informação para melhorar o desenho das políticas públicas no Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/3hY6ezc>>. Acesso em: 21 set. 2021.

3 NOVE INICIATIVAS DAS UNIVERSIDADES

3.1 Instituições criadas pelas universidades

- 1) Observatório Covid-19 BR – iniciativa independente de 85 pesquisadores associados a 28 instituições com o objetivo de tabular e disseminar informações sobre a covid-19 com base em metodologia científica para informar as autoridades responsáveis pelas políticas públicas e a população em geral. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZoQmPY>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 2) Prêmio Evidência – criado, em 2020, pela Fundação Getulio Vargas (FGV), pela Enap e pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) com o intuito de reconhecer e promover a interação entre a ciência e a política pública. Disponível em: <<https://bit.ly/3EGo6bP>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 3) Núcleo de Inteligência Social (NIS) – iniciativa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e do ChildFund Brasil para a criação de um centro de pesquisas que visa à produção de indicadores científicos para a tomada de decisão de gestores públicos. Disponível em: <<https://bit.ly/3AzX4QI>>. Acesso em: 21 set. 2021.

3.2 Eventos e promoções das universidades

- 1) Seminário de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sobre PPBEs ocorrido *on-line* em junho de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2W5PFtr>> e <<https://bit.ly/3AEUGZ1>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 2) Projeto de extensão, com seleção de bolsistas, implementado pela Faculdade de Direito e Ciências de Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), denominado Políticas Públicas Baseadas em Evidências, realizado em maio de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3zzWlbu>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 3) Evento *on-line* do Centro de Política e Economia do Setor Público (CE-PESP/FGV) sobre políticas públicas no combate à covid-19, ocorrido em 4 de junho de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3AErAZY>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 4) Disciplinas de políticas públicas: Avaliação e Evidências I e II, ofertadas, em 15 de julho de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), em caráter remoto, para o público externo à universidade cursar na condição de aluno especial. Disponível em: <<https://bit.ly/3i2QXgz>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 5) I Seminário sobre Políticas Públicas Baseadas em Evidências no Sistema de Justiça Criminal Brasileiro, realizado em novembro de 2020 pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Fundação Konrad Adenauer. Disponível em: <<https://bit.ly/3kzHBul>>. Acesso em: 21 set. 2021.
- 6) Webinário FGV – experiências e desafios sobre o uso de evidências nas políticas públicas, no dia 22 de abril de 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3CE287d>>. Acesso em: 21 set. 2021.

APÊNDICE D

METODOLOGIA DA PRODUÇÃO DOS MAPEAMENTOS

1 METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS RELACIONADAS ÀS PPBES

O motor de buscas do Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁹ apresenta uma caixa simples de busca, a ser preenchida com as palavras desejadas, as quais podem, se preciso, ser concatenadas em expressões mais longas. Para tanto, é necessário o uso de aspas duplas. Não há, nesse primeiro momento, a possibilidade de orientar a busca por campos específicos, como título, autor ou palavra-chave, sendo que, *a posteriori*, é permitido o refinamento das buscas, que então podem ser realizadas pelos seguintes critérios: tipo, ano, autor, orientador, banca, grande área do conhecimento, área do conhecimento, área de avaliação, área de concentração, nome do programa, instituição e biblioteca.

A pesquisa por muitas palavras sem a devida delimitação por aspas produz resultados normalmente exorbitantes. A busca, por exemplo, por *políticas públicas baseadas em evidências* (sem aspas) forneceu como resultado 1.137.292 teses ou dissertações, de um total de 1.213.947 trabalhos que compõem o banco de dados da Capes (as buscas no catálogo da Capes, para este capítulo, foram realizadas entre os dias 5 e 15 de março de 2021).

Em contrapartida, delimitando com aspas os diversos conjuntos de palavras para a busca e elencando as várias maneiras como o tema pesquisado pode aparecer nos manuscritos, como “políticas públicas baseadas em evidências” ou ainda “política baseada em evidências” e suas demais variações, o sistema passa a retornar um número mais exequível para o refinamento e a análise.

Por isso, optamos por buscar os termos completos na base encerrando-os entre aspas, para que fossem assim buscados no conteúdo disponível para pesquisa. Na tentativa de angariar o maior número possível de resultados, foram buscados os vinte termos listados a seguir.

- 1) “Políticas públicas baseadas em evidências”.
- 2) “Políticas públicas baseadas em evidência”.
- 3) “Política pública baseada em evidências”.
- 4) “Política pública baseada em evidência”.
- 5) “Políticas públicas informadas por evidências”.

9. Disponível em: <<https://bit.ly/3udIPik>>.

- 6) “Políticas públicas informadas por evidência”.
- 7) “Política pública informada por evidências”.
- 8) “Política pública informada por evidência”.
- 9) “Gestão pública baseada em evidências”.
- 10) “*Evidence based policy*”.
- 11) “Políticas baseadas em evidências”.
- 12) “Políticas baseadas em evidência”.
- 13) “Política baseada em evidências”.
- 14) “Política baseada em evidência”.
- 15) “Políticas informadas por evidências”.
- 16) “Política informada por evidências”.
- 17) “Políticas informadas por evidência”.
- 18) “Política informada por evidência”.
- 19) “Gestão pública baseada em evidência”.
- 20) “*Evidence based policies*”.

Cabe ressaltarmos, com o nosso perdão pela obviedade, que o CTD da Capes contabiliza os trabalhos disponibilizados, e não necessariamente todos aqueles defendidos no âmbito dos programas de pós-graduação (PPGs) do país. O CTD abarca o período 1987-2019, abrangendo todas as áreas do conhecimento. As teses e dissertações defendidas em 2020 e 2021 não estavam registradas ainda na ocasião do nosso levantamento, em março de 2021. Além disso, vale acrescentarmos que só há informações expandidas para os trabalhos defendidos e catalogados a partir de 2013, o que coincide com o ano da primeira inserção de dados completos na Plataforma Sucupira, lançada em março de 2014.

O levantamento assim realizado conseguiu detectar 23 teses e dissertações (apêndice A).

2 METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DOS ARTIGOS RELACIONADOS ÀS PPBES PUBLICADOS NO BRASIL

Para a pesquisa por artigos que tratem do assunto das políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs), optamos por realizar a busca tanto na base de dados de um indexador de publicações científicas de impacto reconhecido, o Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brasil, como também no Google Acadêmico

(Google Scholar), de modo a obter resultados de diferentes origens. A busca foi realizada também na bibliografia dos artigos encontrados.

É importante salientar que ainda que o catálogo de artigos da SciELO Brasil seja bastante extenso e o Google Acadêmico valha-se da indexação de todo o material publicamente disponível na internet, uma busca em suas bases de dados não trará como resposta todo o material produzido a respeito do tema, mas sim todo o material indexado por seus respectivos motores de busca.

No que diz respeito diretamente à busca, a base de dados do SciELO Brasil¹⁰ permite a pesquisa tanto de artigos avulsos quanto de periódicos completos catalogados em seus bancos de dados. Em se tratando de artigos, existem três modalidades de busca: por autor, por assunto e por palavras constantes de diversos campos indexados desses artigos.

No caso das duas últimas modalidades, a busca por assunto revela-se um tanto quanto mais restrita que a pesquisa por palavras, haja vista que há um limite finito de assuntos já catalogados na base. Uma busca breve por esses assuntos revela que há diversas maneiras em que a temática das PPBEs já está inserida, indicando, inclusive, um conjunto de palavras que também podem ser usadas na pesquisa mais ampla disponível no ambiente.

Sendo assim, os assuntos já indexados na base são os listados a seguir:

- *política basada en la evidencia;*
- política baseada em evidências;
- política baseada na ciência;
- política informada por evidências;
- *política informada por la evidencia;*
- política pública baseada em evidência;
- políticas baseadas em evidências;
- políticas informadas por evidências;
- interface ciência/políticas públicas;
- *evidence-based policies;*
- *evidence-based policy;*
- *evidence-based public policy;*
- *evidence-informed policy;*

10. Disponível em: <<https://bit.ly/3i3f9Q6>>.

- *evidence-informed policy making*; e
- *science-based policy*.

Um aprofundamento nesses assuntos já catalogados aponta que vários artigos se encontram indexados em mais de uma categoria, haja vista que o campo *assunto* é composto pelas palavras-chave definidas nos artigos, e estas estão muitas vezes presentes em diversos idiomas, evidenciando o porquê da existência de termos semelhantes em idiomas diferentes, como *política basada en la evidencia* e *política baseada em evidências*, cuja pesquisa leva aos mesmos artigos.

Além dos assuntos já indexados, existem artigos que contemplam o tema, porém estão registrados sob outros assuntos. Para encontrá-los, foi utilizada a ferramenta de pesquisa mais ampla, que busca por palavras ou conjuntos de palavras específicos nos seguintes campos relevantes: título, autor, assunto e resumo. Com um retorno maior de resultados, filtra-se de acordo com as informações presentes no resumo do trabalho.

Para essa busca, foram selecionados os seguintes conjuntos de palavras: i) política(s) pública(s) + evidência(s); ii) *policy making* + *evidence*(s); e iii) *public policy*(ies) + *evidence*(s).

Por sua vez, no caso do Google Acadêmico, seu motor de buscas funciona de maneira similar ao motor de buscas do Google, tratando-se de uma pesquisa difusa que busca encontrar em todo o material indexado todas as palavras digitadas, dando mais relevância àqueles que contenham todas as palavras, especialmente na ordem escolhida, sendo que é possível forçar associações específicas de palavras com o uso de aspas duplas e operadores de busca, como + e -, para indicar a obrigatoriedade de presença ou ausência de determinadas palavras.

Nesse caso, como a abrangência do material indexado é global e é impossível especificar que são desejados apenas resultados de um determinado país, podendo escolher se desejamos páginas em qualquer idioma ou apenas em um idioma específico, optou-se por selecionar produções apenas em português e que contivessem as palavras “política”, “pública” e “evidência”, tanto no singular quanto no plural, e especificando que os conjuntos importantes são “política pública” + “evidência”, em uma ordenação por relevância.

Tal arranjo foi escolhido visto que o conjunto “políticas públicas baseadas em evidências”, por ser bastante restritivo, tende a resultar em um número muito pequeno de resultados, enquanto o conjunto escolhido retorna na casa dos milhares, e a ordenação por relevância ajuda a filtrar, nas páginas iniciais da busca, eventuais falsos positivos, como apresentações de *slides* e arquivos de texto sem origem definida, que também acabam sendo indexados pela base.

É importante salientar que, como qualquer pesquisa no Google, os resultados tendem a variar com o tempo e com o número de acessos a determinadas páginas em detrimento de outras, modificando, assim, a ordem em que os artigos aparecem em suas buscas, uma vez que a própria pesquisa e acesso aos artigos selecionados já muda o grau de relevância que estes passam a ter para pesquisas subsequentes. O levantamento assim realizado conseguiu detectar 41 artigos (apêndice B).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA DAS INSTITUIÇÕES, DOS EVENTOS E DAS PROMOÇÕES BRASILEIROS RELATIVOS ÀS PPBES

Para a busca de eventos (cursos, seminários, congressos, colóquios etc.) e instituições, governamentais ou não, foram utilizados tanto o Google, com seu processo de pesquisa difusa, quanto os sítios principais da administração pública de todos os 26 estados da federação e do Distrito Federal.

No primeiro caso, foi buscado o conjunto de palavras “políticas públicas baseadas em evidências” delimitado por aspas, seguido de outros termos, quais sejam: organização, congresso, seminário, colóquio, palestra e evento, de tal sorte que o motor de buscas desse relevância a todas as palavras pesquisadas, com maior ênfase àquelas que se encontram exatamente da maneira e na ordem como foram escritas, e, então, trazendo aproximações que são consideradas relevantes pelos algoritmos.

No segundo caso, foram pesquisados nos motores de busca dos sítios dos 26 estados e do Distrito Federal pelas palavras “avaliação” e “evidências”, em conjunto ou separadas, na expectativa de que resultados relevantes fossem levantados acerca daquela Unidade Federativa, seu organograma, programas etc.

Há que se pontuar que o Google traz sempre resultados aproximados e, muitas vezes, já condicionados a quem faz a busca, com seus algoritmos utilizando-se de informações como buscas anteriores, outros sítios acessados, localização geográfica, entre outros para, assim, determinar quais resultados podem ser mais ou menos relevantes a quem está realizando a pesquisa. Mesmo ao se abrir uma janela privada ou incógnita do navegador e realizar nela essa busca, no intento de minimizar ou limitar os efeitos de buscas e acessos anteriores, esses efeitos continuam sendo notados.

Ademais, também é necessário compreender que o processo de indexação do motor de buscas não faz, a princípio, diferenciações entre uma notícia em um portal *on-line*, uma chamada de artigos em um periódico acadêmico ou mesmo informações contidas em arquivos de *slides* ou de textos carregados para serviços de nuvem e compartilhados de maneira pública na rede, identificando-os todos como resultados possíveis da busca realizada. Também é transparente ao buscador a particularidade desses resultados continuarem disponíveis ou já terem sido

descontinuados de suas localizações originais, gerando, assim, ligações fantasmas para sítios que já estiveram no ar, mas não existem mais.

Por fim, também é importante entender que os processos de priorização de resultados do buscador dão maior relevância a materiais publicados ou modificados em data mais próxima da realização da busca, retrocedendo temporalmente conforme se pedem mais resultados, até que estes percam a relevância ou retornem mais *links* quebrados do que resultados positivos.

De maneira oposta, os buscadores dos diversos sítios das Unidades Federativas têm um conjunto finito e comparativamente menor de resultados a retornar, porém esbarram na falta de padronização entre as unidades, bem como na não indicação de quais tipos de informação estão catalogadas para busca, como leis, eventos, organogramas, notícias etc. Dessa forma, podem trazer resultados inconsistentes ou diferentes entre os diversos entes da federação.

Com isso, após a pesquisa realizada entre os dias 15 e 20 de março de 2021 e a devida filtragem dos resultados para que fossem ressaltados aqueles sobre os quais era possível obter mais detalhes, chegamos a um total de 32 itens (apêndice C).

APÊNDICE E

DETALHAMENTO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS TESES E DISSERTAÇÕES E DOS ARTIGOS

QUADRO E.1

Análise detalhada de conteúdo das teses e dissertações sobre PPBEs do catálogo da Capes

Categorias analíticas	Número da tese ou dissertação																							Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
Defende que as políticas públicas sejam informadas por evidências? (Sim ou pouco claro)	PC	PC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	21 sim
Dialoga diretamente com o MPPBE? (Sim ou não)	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10 sim
Dialoga apenas com a medicina baseada em evidências? (Não se aplica, sim ou não)	NA	NA	NA	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	NA	Sim	Sim	NA	Não	Não	7 de 18
Teoriza sobre o manejo das evidências ou sobre a produção das PPBEs? (Sim ou não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	8 sim
Enfatiza a produção das evidências? (Sim ou não)	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	19 sim
Enfatiza o uso das evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento? (Sim ou não)	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10 sim
Explora ou desenvolve instrumentos para a produção das PPBEs? (Sim ou não)	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	15 sim
Tipo de instrumento enfatizado ou defendido	NA	a	b	c	d	a	a	e	f	NA	a	NA	NA	g	NA	a	a	NA	a	a	a	h	NA	-

Elaboração dos autores.

Obs.: PC = pouco claro; NA = não se aplica; índice da linha 8: a = revisão sistemática; b = experimento aleatório controlado; c = revisão de escopo; d = capacitação de técnicos e mudança na cultura organizacional; e = análise de custos; f = avaliação de impacto; g = escora de políticas municipais públicas; e h = tradução do conhecimento.

QUADRO E.2
Análise ampliada de conteúdo dos artigos relacionados às PPBEs publicados no Brasil

Categorias analíticas	Número do artigo																							Subtotal
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	
Defende que as políticas públicas sejam informadas por evidências? (Sim ou pouco claro)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	PC	Sim	Sim	PC	Sim	PC	PC	PC	PC	PC	Sim	PC	PC	PC	PC	PC	-
Dialoga diretamente com o MPPBE? (Sim ou não)	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Dialoga apenas com a medicina baseada em evidências? (Não se aplica, sim ou não)	Sim	Não	Sim	NA	NA	NA	NA	Não	NA	Sim	NA	Não	Não	NA	NA	Não	Sim	Não	Sim	Não	NA	NA	NA	-
Teoriza sobre o manejo das evidências ou sobre a produção das PPBEs? (Sim ou não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Enfatiza a produção das evidências? (Sim ou não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	-
Enfatiza o uso das evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores do conhecimento? (Sim ou não)	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	-
Explora ou desenvolve instrumentos para a produção das PPBEs? (Sim ou não)	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	-
Tipo de instrumento enfatizado ou defendido	a	NA	NA	b	b	NA	NA	b	NA	b	b	b	b	NA	NA	NA	c	NA	NA	NA	NA	NA	NA	-

(Continua)

(Continuação)

Categorias analíticas	Número do artigo														Total				
	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37		38	39	40	41
1	Sim	Sim	Sim	Sim	PC	PC	Sim	PC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	26 sim
2	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	23 sim
3	NA	Não	Sim	Não	NA	NA	Não	NA	NA	Sim	NA	Não	NA	NA	Não	Não	NA	NA	7 sim; 14 não
4	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	33 sim
5	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	27 sim
6	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	28 sim
7	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	21 sim
8	d	e	NA	NA	NA	NA	NA	a	a	g	h	i	NA	a+j	NA	k	b	b	-

Elaboração dos autores.

Obs.: PC = pouco claro; NA = não se aplica; índice da linha 8: a = avaliação das políticas; b = revisão sistemática; c = monitoramento de horizonte tecnológico; d = aprendizagem de máquina; e = translação do conhecimento; f = diálogos deliberativos; g = elaboração de listas de produtos estratégicos; h = evidências comportamentais; i = projeto descentralizado *on-line*; j = mapa de causa e efeito; e k = avaliação de impacto na saúde (*health impact assessment*).